CISION

Público

Meio: Imprensa
País: Portugal
Área: 447,44cm²

Âmbito: Informação Geral
Period.: Diária
Pág: 6

ID: 107414592

01-10-2023

Este país não é para jovens

Rafael Rocha

Afirmar que os jovens portugueses saem de casa dos pais tarde é um eufemismo – os jovens portugueses ficam literalmente entrincheirados em casa dos pais até aos 30 anos segundo os dados disponíveis de 2022. Junta-se-lhe uma outra enorme mochila de pedras às exauridas costas: o custo da habitação, seja para comprar seja para arrendar, que obriga cada vez mais jovens a viver refugiados em casa dos pais – a "geração canguru", como é identificada em França.

A proposta da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, expressa no "Pacto Social", impôs-se aos empresários como uma inevitabilidade insuflada obviamente com a obrigatória responsabilidade. Seria inaceitável resignarmo-nos a este indolente declínio que expõe continuadamente Portugal às crises, humores e tribulações do mundo. Os jovens, muito em particular, não podem iniciar as suas vidas esbarrando neste muro iníquo e irrazoável. Pois perdem estas gerações, mas perde de sobremaneira o país, que assiste a uma debandada de pessoas talentosas. Trabalhar no estrangeiro é certamente meritório: potencia, valoriza, ensina e ajuda. Todavia, está longe de constituir-se como a única via de salvação.

O Pacto Social da CIP – Confederação Empresarial de Portugal não é o alfa e o ómega de Portugal. Antes um contributo sério, pensado para enfrentar os problemas e reduzir os atritos que travam o nosso crescimento individual e coletivo. Na Finlândia, os jovens saem de casa, em média, aos 21,3 anos, na Suécia aos 21,4 anos e na Dinamarca aos 21,7 anos. Ora, em Portugal são precisos mais de dez anos. Recusamo-nos a conceder que muitos jovens tenham de escolher entre ficar dez anos em casa dos pais, com o que tudo isso representa do ponto de vista do desenvolvimento profissional, emocional e familiar, ou então engrossar os números da hemorragia de pessoas obrigadas a construir a sua vida noutro país.

Os empresários portugueses querem mudar este *statu quo*. O "Pacto Social" que propomos inclui várias medidas que visam construir uma economia mais forte, mais produtiva, mais competitiva e, sublinhe-se, menos desigual. Entre essas 30 medidas distribuídas por três eixos (crescimento, rendimento e simplificação), destaco uma que, embora menos mediatizada, pode ser o empurrão definitivo para um arranque de vida mais fácil: a isenção de IRS dos primeiros 100 mil euros auferidos por um jovem até aos 35 anos. O Estado abdicaria desta receita de IRS, embora mantivesse o contributo para a Segurança Social, libertando rendimento para os jovens, proporcionando-lhes mais liberdade nas suas escolhas profissionais e pessoais. Paralelamente, esses jovens seriam menos tentados em sair do país, realidade que também ajudaria Portugal a produzir mais riqueza, a competir pela agregação de valor, a atrair, reter e gerir os seus talentos. Seríamos, assim, um país capaz de captar, manter e compensar adequadamente os melhores jovens profissionais.

Cremos ser inconcebível ouvir periodicamente que Portugal hoje não é um país para os jovens. O nosso país tem a responsabilidade enquanto nação de, e depois de formar a "geração mais qualificada de sempre", reter esse talento. A criação de riqueza é condição *sine qua non*. Mas apenas materializável com um conjunto de políticas públicas incentivadoras e promotoras do emprego jovem. Diretrizes que devem atuar pelo lado da fiscalidade (o IRS Jovem é um bom exemplo ainda que com caminho para trilhar), pelo lado da economia (fomentando um ecossistema favorável à atividade empresarial) ou pelo lado social (mitigando por exemplo a questão da habitação). O "Pacto Social" explora estes caminhos através de soluções explícitas, concretas, quantificadas.

> **A isenção de IRS dos primeiros 100 mil euros auferidos por um jovem até aos 35 anos pode ser um empurrão definitivo para um arranque de vida mais fácil**

A isenção de IRS dos primeiros 100 mil euros auferidos por um jovem até aos 35 anos seria uma mudança de paradigma. O Governo aprovou um regime fiscal mais favorável aos emigrantes que regressam ao país. Qual a válida razão para não investir nos jovens formados no país, que gostariam de aqui permanecer? O mercado de trabalho ganharia outro vigor, as empresas mais soluções, a economia um importante impulso. O Estado colheria também os benefícios deste salto qualitativo, desde logo pela via dos impostos diretos, mas também através dos impostos indiretos que incidem sobre o trabalho, visto que a isenção proposta pela CIP tem limites quantitativos e temporais. O poder de compra de milhares de pessoas daria um salto muito relevante. O incentivo à produtividade seria igualmente flagrante. Rumo a um Portugal mais próspero, mais produtivo, menos desigual, mais justo e com mais futuro. Um país para jovens, um país para velhos – um Portugal para todos.

Director-geral da CIP